



ORDEM DOS ARQUITECTOS CABOVERDEANOS

www.ordemdosarquitectos.net

Telefone: 262 22 77

Fax: 262 38 88

Achada de Santo António - Praia, Cabo Verde

Quo vadis, indústria turística caboverdeana?

Acaba de rebentar um escândalo de uma denúncia anónima a pôr a nu o papel medonho que a CVI tem exercido enquanto *pivot* de um sistema de tráfico de influências capaz de levantar os cabelos de qualquer incauto. Mas para nós nada do que foi denunciado é novidade. Nem o será para qualquer caboverdeano minimamente atento.

Estas denúncias anónimas acabaram por ser a resposta mais eloquente ao desafio que fizemos à sociedade política para que desmentisse as razões que apresentámos aos Excelentíssimos Senhores Deputados da Nação em Dezembro último, (no documento www.ordemdosarquitectos.net/Downloads/o_fim_da_rapina.pdf), pedindo-lhes numa carta aberta, que trabalhassem com urgência, uma lei que consagrasse o fim da venda dos terrenos com potencialidade turística e o estabelecimento da concessão do usufruto de superfície como os únicos garantes do futuro dos nossos filhos e das gerações futuras. Dissemos então, expressamente:

“Então de duas, uma: Ou os nossos responsáveis políticos (de ambos os partidos com vocação de Poder) são uns génios que estão a desbravar um excelente caminho desconhecido até agora, ou então há qualquer coisa, muito errada, neles. O que é necessário e urgente é que expliquem ao povo caboverdeano, em crioulo, quais são os (inquestionáveis) ganhos concretos para o país que já conseguiram com a venda de terrenos, como é que com ela ficam salvaguardados os interesses das gerações futuras, qual o pequeno país insular onde se pratica tal coisa e com que ganhos, e como é que a continuação da venda dos terrenos vai contribuir para evitar as lamentáveis cenas registadas na Casa Parlamentar. A OAC tem hoje apoio e *expertise* internacional para desafiar qualquer político caboverdeano a contradizê-la nestas matérias”.

Até hoje não se registou qualquer resposta e, claro que a OAC vai continuar a bater na mesma tecla até que os Senhores Deputados da Nação se dignem trabalhar nessa peça de legislação, mormente agora que a atenção de todo o povo caboverdeano está muito mais voltada para a questão, o que provavelmente em Dezembro do ano passado não acontecia. A revisão da Constituição da Republica, em curso, vem mesmo a calhar e, se há assuntos para serem revistos, este é claramente um deles.

Mas arrepiou-nos ver, na última quinta-feira, dia 26 de Fevereiro, o Governo a reafirmar a continuação do mesmo sistema de nomeação do Presidente da CVI que tem vigorado até aqui.

Há muito tempo que temos vindo a dizer que não podemos entregar a gestão e o futuro de algumas das parcelas mais valiosas do nosso território nas mãos de apenas dois indivíduos: O ministro da Economia e o presidente da CVI. Por mais honestos que sejam, essa é claramente uma decisão demasiado arriscada para ser praticada quando está em causa a gestão de recursos naturais de um país onde estes não abundam. O sistema é claramente perverso porque ao tornar a nomeação do Presidente da CVI (maior salário público) à proposta do Ministro da Economia, o que se está no fundo a propor é que o nomeado não passe de um vendido, incapaz (por ser principescamente pago) quer de resistir a ordens ou pedidos iníquos, quer de se negar a prestar favores a quem o propôs para o cargo, o que no caso de este ser um

indivíduo de duvidosa honestidade, transforma imediatamente a CVI num enorme perigo público. Mais: Este sistema acaba por colocar demasiado poder nas mãos de apenas dois indivíduos, mandatando-os para praticarem actos extremamente danosos do interesse público. A situação que vamos recordar é prova bastante:

No verão de 2007 rebentou uma violenta celeuma entre o Presidente da Câmara Municipal do Sal (CMS) e o então Presidente da CVI. Em causa estavam as Salinas da Pedra de Lume e embora a OAC tivesse, num primeiro momento, optado por se manter fora desse confronto (a ter que falar ela seria sempre mais demolidora do que a CMS), a CVI, na pessoa do seu presidente, resolveu nos meter ao barulho da forma mais gratuita, irresponsável e pouco inteligente possível (embora, conhecendo a história do mamífero labrego, que de burro não tem nada, a única explicação para aquilo foi que terá recebido ordens para o fazer), insultando na televisão pública, em horário nobre, todos os arquitectos caboverdeanos (insultos dos quais ainda a CVI não se retratou, note-se). Deixando claro que *“Ninguém insulta os arquitectos caboverdeanos e fica a rir!”*, imediatamente pedimos ao Governo a demissão sumária daquele mamífero, como é do conhecimento público, sem deixar de dizer, fundamentadamente, quem tinha razão nessa celeuma. O Ministro da Economia não só não atendeu ao nosso pedido (dizendo, num cúmulo de cinismo e hipocrisia: *“Não podemos criar em Cabo Verde o precedente de cabeças começarem a rolar apenas porque alguém pede!”*), como também permitiu a continuação desse indivíduo no cargo por mais seis meses (que nós, na altura, desconfiados, dissemos publicamente que eram para ele terminar o serviço sujo que vinha fazendo, o que, a acreditar nas denúncias ora vindas a público, fica confirmado), e possibilitando-lhe sair de forma airosa, em Janeiro de 2008, com muita fanfarra de aparente sucesso. *(Ao contrário daquilo que estas denúncias anónimas pretendem passar para a opinião pública, a pergunta é: Se o labrego não se estava a portar bem e se o Governo queria de facto correr com ele, por que razão foi ele protegido e mantido no cargo, com justificações hipócritas, quando a OAC pediu a sua cabeça por razões mais do que justas e suficientes?)*

O mais grave, no entanto, é que esse Ministro da Economia decidiu retirar o Presidente da CVI da visibilidade pública nesse caso das Salinas (pois estava já publicamente muito chamuscado) e ele mesmo se deslocou ao Sal, acompanhado do labrego, e concluiu a venda, por 30 “casinhas de pobre” (aqui qualquer semelhança com Judas Iscariotes NÃO É mera coincidência), desse património de valor incalculável, permitindo a sua clausura dentro dos muros de um *resort* e tornando-o inacessível aos caboverdeanos e a todos os turistas que não forem clientes desse *resort*, prejudicando assim o próprio futuro de Cabo Verde como destino turístico. A OAC afirmou, nessa altura, alto e bom som, como hoje afirma, que isso é inaceitável e que essa é uma decisão que tem que ser revertida. Nenhum dirigente jamais será autorizado a dispor daquilo que pertence a todos nós dessa maneira! Quem são esses dois senhores para decidirem assim o futuro das coisas deste povo?

Mas a CVI é também um enorme perigo público porque tendo a missão de responder pelo planeamento físico das ZDTI sob sua responsabilidade, ainda não elaborou um único plano para qualquer delas. Essa pecha (hoje claramente propositada, já que ela se vem gabando de ter ganho muito dinheiro com a venda dos terrenos durante o consulado do tal labrego) tem sido naturalmente explorada pelo “investidor” chico-esperto (os investidores a sério ainda não chegaram a Cabo Verde como já demonstrámos), que têm podido impingir à CVI os “planos” que melhor satisfazem aos seus interesses que, claro, nunca serão os interesses do povo caboverdeano. E ela, sem ter determinado previamente, num plano, quais os parâmetros da ocupação desses territórios, tem sido incapaz de legalmente rejeitar as propostas desses

“investidores”, fazendo com que tais propostas acabem por se tornar em propostas da Administração, logo tendo o aval implícito do povo caboverdeano. Foi isso que acabou por acontecer com a ZDTI da Pedra de Lume e é isso que vai acontecendo por este país fora. E isto é absolutamente inadmissível.

Mais grave ainda, a CVI tem vindo a propor ao Governo e este tem aceitado criar ZDTI's por todo o lado, por vezes passando por cima e fazendo tábua rasa das acções de planeamento que os municípios possam estar a levar a cabo. Todos se lembrarão certamente do episódio da tentativa da criação das ZDTI da Fragata e do Morrinho, no Sal, que foi publicamente denunciada pela OAC como sendo inaceitável por que era claramente uma tentativa de torpedear a elaboração do Plano Director Municipal (PDM), então em curso.

Mesmo agora temos a Câmara Municipal da Praia, por exemplo, a elaborar o seu PDM que, tudo leva a crer, finalmente será um PDM a sério. Existindo duas ZDTI no seu território, será que estamos condenados a assistir à repetição daquilo que aconteceu aquando da elaboração do PDM de São Domingos, com a respectiva Câmara Municipal a insistir, sem qualquer sucesso, junto da CVI no sentido de esta lhe dar os subsídios que lhe permitissem planear pelo menos a zona fronteira à ZDTI?

Muito se tem dito e escrito sobre as ZDTI. Sendo claramente uma coisa boa em princípio, elas degeneraram, no entanto, para a desgraça que hoje são, por culpa do próprio Estado, que se meteu em muitas artimanhas:

1. Em 1993 foram criadas as primeiras ZDTI e o Governo de então não fez o que era elementar: Elaborar um Plano Estratégico do Turismo (PET), que definiria os contornos precisos do planeamento físico dessas áreas. Com os planos elaborados, promoveria a vinda dos investidores e ele próprio, Governo, serviria de intermediário entre esses investidores e os proprietários dos terrenos na base da concessão do usufruto do direito de superfície. Seria porventura difícil convencer os investidores a compensar, logo à partida, cada dono dos terrenos com uma quantia razoável (digamos 2 ou 3 milhões de dólares) e uma percentagem de 2 ou 3% dos lucros durante o tempo que durasse a concessão? Quando falamos de investimentos de várias centenas de milhões de dólares (senão biliões de dólares como se aventou para o Cesária Resort) acaso seriam os valores dessas compensações que fariam fugir os investidores sérios? Claro que não! O que certamente essa abordagem faria era contribuir para lançar bases fortes para uma indústria turística a sério, independentemente dos valores reais que viessem a ser acordados. **E atenção que esta ainda é uma abordagem possível!**
2. O mais grave erro do Governo de então foi, logo depois de ter proposto e conseguido a aprovação de uma Constituição da República que consagra o direito à propriedade privada, ter começado a vender terrenos que não lhe pertenciam, abrindo via para as barbaridades que se têm vindo a cometer nesta matéria, até hoje, em que assistimos, como que hipnotizados, a espectáculos em que o próprio Estado, armado em Chico-esperto, tenta fazer tábua rasa de figuras consagradas do Direito (usucapião e outras), o que, obviamente, está fadado ao fracasso, podendo vir a obrigar o erário público a pagar indemnizações brutais aos lesados, dentro de poucos anos.
3. Com o lema “Por Amor à Terra” o actual Governo assumiu o controlo do país em 2001 e, em vez de aproveitar esse mandato do povo para corrigir o que estava mal, fez pior. E sucederam-se as asneiras: Apenas para citar o exemplo mais doloroso, construímos um aeroporto internacional na Boavista (quase toda ela uma ZDTI) apenas para viabilizar a exploração de um enorme hotel,

cuja construção foi irresponsavelmente autorizada, que só teria futuro com voos *charter* e que dificilmente seria autorizado se tivéssemos uma estratégia previamente definida. E estando criado o precedente do hotel e construído o aeroporto, toca a licenciar enormes hotéis *all-inclusive* e *resorts*, que, como está demonstrado, são exactamente aquilo que a Organização Mundial do Turismo tem claramente desaconselhado. Vai daí, a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e do Maio (SDTIBM) tem que elaborar planos especiais de ordenamento que tirem partido e potenciem um aeroporto que, pronto, se calhar não devia ter sido construído, mas já existe... E estamos a falar de uma ilha com ecossistemas muito valiosos e frágeis, incompatíveis com o turismo de *backpackers* (turistas de mochila). Ora, voos *charter* sempre foram e serão sinónimo de *backpackers*...

Ao convidarmos os senhores Deputados da Nação a instituírem, em lei, a concessão e o fim da venda de terrenos, queríamos deixar claro (quem lê, entenda!) que o que existe neste momento é um pacto de regime (infelizmente o único que existe em Cabo Verde), tácito, mas extremamente eficaz, entre o PAICV e o MpD para a rapina dos terrenos das ZDTI. Podemos até estar enganados mas tal engano só será confirmado se forem capazes de fazer tal lei. Ou virem a público justificarem as suas políticas em vez de se remeterem ao silêncio.

E em nenhum lugar esse pacto de regime é mais evidente do que na SDTIBM. Ali foi tudo muito bem pensado, a começar pela pirâmide do próprio Conselho de Administração: O Presidente é nomeado pelo Governo (PAICV) enquanto as duas Câmaras Municipais, (controladas pelo MpD), apontam os dois Administradores executivos. Daí para baixo, a pirâmide prossegue num perfeito exemplo de *jobs for the boys* de ambos os partidos. Não admira o silêncio que se seguiu à nossa carta aberta de Dezembro onde inclusivamente falámos de uma moratória sobre todas as vendas já feitas, seja pela SDTIBM, seja pela CVI, seja pelas Câmaras Municipais...

Assim, a SDTIBM não é, de forma alguma, a confusão que é a CVI. Logo, ela é potencialmente mais sinistra e mais letal, enquanto vigorar o princípio da venda de terrenos. Mais inteligente, ela está, a passos largos, a elaborar planos de ordenamento turístico (POT) para cujo acompanhamento teve a gentileza de convidar a OAC, convite esse que aceitámos, até porque os dados já estavam lançados na Boavista (o tal aeroporto já estava em construção) e já não havia muito a fazer. No entanto é de se duvidar da sua capacidade para controlar e garantir a implementação desses POT, pois a implementação de planos de ordenamento num Estado de direito deve ser da responsabilidade de indivíduos e instituições mandatados pelo povo, uma vez que envolve prerrogativas e poderes concretos que só são outorgados e retirados pelo povo, nas urnas. Nem os responsáveis da SDTIBM nem os da CVI terão, alguma vez, tal mandato. Eles assumem tais cargos em função de equilíbrios políticos momentâneos, podendo cair ou ser substituídos a qualquer hora do dia ou da noite, ao golpe de uma simples assinatura ou de um rearranjo político de última hora.

Por outro lado, a OAC entende que a pequenez do nosso território não justifica a figura dos planos especiais e que qualquer vocação do território pode perfeitamente ser enquadrada e potenciada num PDM ou num Plano Regional. Embora não sendo, à partida coisa má em si mesmos, o facto é que os planos especiais que se têm feito apenas têm servido para prejudicar os interesses do povo caboverdeano, seja porque subtraem ao controlo das câmaras municipais (entidades eleitas directamente pelo povo), partes importantes do território, seja porque fora de uma estratégia adequada e consensualizada para a indústria turística, são potenciais bombas-relógio para o bom futuro do país, como as referidas denúncias, a serem confirmadas, provam.

Caros Concidadãos:

Este ano de 2009 afigura-se-nos, pois, como um ano terrível. Sabe-se que a SDTIBM já está toda lançada para a venda dos terrenos, o que a consumir-se, será o fim das legítimas esperanças deste povo em relação a uma indústria turística que realmente venha a servir para a melhoria das suas condições de vida. Se não houver uma decisão em consciência por parte dos cidadãos mandatados pelo povo para parar este movimento, estamos todos perdidos. O povo, esse, só será chamado a dizer da sua justiça em 2011. Mas então, tendo em conta os interesses poderosíssimos que estão em cena, já será tarde demais. E, se a OAC tem o dever de continuar a cobrar ao actual Primeiro-ministro o cumprimento da promessa que fez à Assembleia-geral da OAC em 12 de Março de 2007, no concernente ao estabelecimento da concessão e do fim da venda dos terrenos das ZDTI, o facto é que o MpD está escondido atrás de um ruidoso silêncio e isso abona muito pouco a quem tem (legítimas?) pretensões ao Poder. É fundamental que esse partido se defina publicamente e de uma vez por todas, em relação a este assunto vital para todos os caboverdeanos.

Porém, até podemos dizer que vamos com muita sorte. Neste momento, o mundo atravessa uma crise económica terrível que ninguém sequer se atreve a predizer quanto tempo ainda vai durar. Tudo está praticamente parado. A perplexidade e a incerteza são tais que já é ponto assente que a globalização morreu. Em todo ao lado já estão de pé barreiras proteccionistas que, à cautela, foram erigidas exactamente em função das pesadas dúvidas que assaltam os governantes de mundo, em relação ao futuro, não vão os respectivos países ficar, de repente, em posição muito desfavorável se e quando a crise for embora.

Ora, tal crise internacional não nos podia vir em melhor altura. Temos hoje, espaço e tempo para, querendo, lançarmos rapidamente mãos em tudo o que não fizemos até aqui, a saber: O Plano Estratégico do Turismo (PET) com a definição exacta do turismo que queremos e que serve os interesses deste povo, PDM's (até mesmo os POT's) participados e validados em sessões e discussões públicas, as tais moratórias sobre as vendas dos terrenos já realizadas, a criação e o marketing da Marca "Cabo Verde", etc., etc.

Durante estes anos em que a OAC tem instado com os dirigentes deste país, no sentido de trabalharem para mudarem o estado de coisas e corrigirmos tudo o que está de errado, sempre reconheceram que tínhamos razão. No entanto, as desculpas que apresentavam eram: *"Infelizmente o desenvolvimento não pode parar"*. *"Se pararmos para fazer tudo isso perderemos os investidores que nos procuram"* ou *"Não é possível paralisar o país para fazermos o que vocês estão a pedir. O vosso pedido é irrealista"*.

Pois bem: E agora? Qual será a desculpa? O mundo parou. Está já em profunda recessão qual nunca se viu desde 1932. Os investidores desapareceram e não vão regressar tão cedo. A Providência acabou, assim, por trabalhar em nosso favor. Se quisermos, podemos antes do fim deste ano de 2009 aproveitar esta estranha crise internacional e arrumar a casa com muita facilidade. O PET está na gaveta desde os tempos de Avelino Bonifácio Lopes à espera de validação. Vamos sacudir-lhe o pó, revê-lo e aprová-lo rapidamente? A lei da concessão pode ser feita em um mês. Basta buscarmos ajuda junto dos países pequenos e insulares como o nosso (e aqui os apoios internacionais da OAC poderiam ajudar nalguma coisa). A definição daquilo que deve ser a Marca "Cabo Verde" e a respectiva estratégia de marketing temos quadros com qualidade e know how para a fazer com uma perna às costas. O único escolho verdadeiramente complicado seriam as moratórias sobre as vendas de terrenos já feitas. Aí os nossos actuais dirigentes e legisladores (e, porque não os

nossos juizes e jornalistas?) teriam que ser muito fortes e corajosos, mas sabem que *de fracos não reza a História*. Não somente eles, nós todos teríamos que ter muita coragem, colectivamente.

E, em menos de seis meses, estaríamos com a casa perfeitamente arrumada, prontos para um *fresh start* assim que a crise finalmente dissipasse e trazer os investidores a sério que, neste actual panorama, já o dissemos, nunca virão.

Porque neste actual panorama, o que nos vai valendo são as decisões corajosas e portadoras de grande esperança como aquela que tanto os técnicos da Direcção Geral do Ambiente (Ivone Lopes e companheiros) como os Procuradores da Republica na ilha do Sal (Vital Moeda e companheiros) tomaram, opondo-se à inaceitável construção de uma marina na Baía da Murdeira. A OAC apoia incondicionalmente esses valorosos cidadãos e convida a todos os filhos desta terra, os de boa vontade e sã consciência, aqui e na diáspora, a que os apoiem e acarinhem sem medida.

E o que nos vai faltando é mais Magistrados com a consciência de que o Poder Judicial em Cabo Verde é mesmo independente e que no dia em que um pequeno grupo de Procuradores da Republica, unidos e sintonizados entre si, resolver pegar em todas estas pontas soltas, não haverá força que os pare. Felizmente, já vamos tendo alguns, ainda muito poucos (logo, muito vulneráveis), mas que têm que ser protegidos e animados pois são hoje a última linha de defesa dos supremos interesses do povo caboverdeano.

Praia, 16 de Julho de 2010

Cipriano Fernandes,

Presidente da OAC